



1. Marco de Referência

1.1. MARCO DE REFERÊNCIA/DIAGNÓSTICO

A. ASPECTOS GERAIS DO ESTADO

Localizado no sul da Região Centro-Oeste, o Estado do Mato Grosso do Sul (MS), possui uma área de 357.145,532 km² de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo maior que a Alemanha. A capital e cidade mais populosa do Estado é Campo Grande.

Com uma população de 2.619.657 habitantes, (IBGE, 2014) o MS é o 21º estado mais populoso do Brasil. Possui, ainda, 79 municípios, 165 distritos, quatro mesorregiões geográficas e onze microrregiões geográficas.

A população do MS tem crescido a altos níveis desde a década de 1870, quando o estado passou a ser efetivamente povoado. Entre 1940 e 2008, a sua população aumentou quase dez vezes, ao passo que a população do Brasil, no mesmo período, aumentou pouco mais que quatro vezes. Isso, no entanto, não se dá devido a uma alta taxa de natalidade no estado, mas à grande quantidade de migrantes de outros estados ou imigrantes.

Relativamente aos indicadores macroeconômicos, de acordo com o IBGE, em 2014 (último ano publicado), o MS cresceu 2,6%, gerando um Produto Interno Bruto (PIB) avaliado em R\$78,9 bilhões. Com essa performance, o estado foi elevado à 16ª economia no ranking brasileiro. Seu PIB per capita aumentou para R\$30.137,58, ampliando seu desempenho global na participação em relação ao PIB Nacional de 1,24% em 2012 para 1,4% em 2014, se posicionando no 9º maior PIB per capita entre as unidades da federação, incluído o Distrito Federal.

Comparando a evolução do crescimento real da economia do MS e do Brasil nos anos 2002 a 2014, observa-se que o PIB estadual evoluiu a uma taxa média de 4,6%, portanto superior aos 3,5% ao ano obtido pelo PIB Nacional.

O IBGE ainda atribui o crescimento da representatividade do estado no PIB do Brasil aos ganhos na participação nos segmentos da agropecuária (0,4 pontos percentuais), principalmente na produção de milho e soja; de eletricidade e gás (0,2 pontos percentuais); comércio (0,1 ponto percentual) e informação e comunicação (0,2 pontos percentuais).

Em 2014, o setor de serviços e comércio continuou, a exemplo do que ocorreu em anos anteriores, a responder pela maior parcela do PIB do estado, com 61%, seguido pela indústria, com 21,6% e a agropecuária, com 17,3%.

Responsável por aproximadamente 15,4% da geração direta de riqueza e de 14,8% da ocupação da população economicamente ativa, a agropecuária ainda é o setor que determina o ritmo de crescimento da economia do estado.

Apesar da crise econômica em que se encontra o Brasil nesses últimos dois anos, o contexto continua favorável ao estado do MS, pois com o crescimento da indústria, principalmente na área de celulose e da recuperação do setor sucroalcooleiro, a tendência é de que o estado continue crescendo em ritmo superior ao registrado pelo país.

Mesmo assim, para adotar uma postura mais adequada para o momento que vive as finanças do estado, principalmente pelo recrudescimento da arrecadação do ICMS do gás natural, é preferível trabalhar com previsão de evolução do PIB igual à média de crescimento dos últimos anos somada à previsão inflacionária do período.

B. SITUAÇÃO FISCAL DO ESTADO

Resultado Primário. O MS cumpriu as metas de resultado primário estabelecidas pelo Programa de Ajuste Fiscal (PAF) para o período de 2014 e 2015. Em 2014, a meta estabelecida pela 13ª revisão do PAF, em R\$ 80 milhões, foi superada em 21,2%, tendo o superávit primário alcançado R\$ 97 milhões. Em 2015, o resultado primário apurado alcançou R\$ 1.250 milhões, superando em 5,3% a meta estabelecida pela 14ª revisão do PAF para esse exercício.



No exercício financeiro de 2016, o MS não alcançou a meta de resultado primário estabelecida em R\$ 934 milhões. No entanto, apesar das dificuldades do contexto macroeconômico, o Estado registrou um superávit primário de R\$ 76 milhões. A insuficiência na geração de receitas fiscais (a arrecadação do ICMS aumentou 2,8% em termos nominais entre os exercícios de 2015 e 2016), em razão da crise econômico-financeira iniciada no último trimestre de 2014 foi fator determinante para o não alcance da meta, embora o estado tenha feito um esforço de contenção nas despesas de pessoal e de custeio em 2016 (estabilização em termos nominais). A União e o Estado ainda não fizeram a revisão do PAF no ano de 2017.

Dívida Pública. O estoque da Dívida Consolidada Líquida (DCL) do MS alcançou R\$ 7.307 milhões em 31/12/2016 (fonte: Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016), montante que correspondeu a 78,2% da Receita Corrente Líquida (RCL). Para a mesma data, a Resolução do Senado Federal (RSF) nº 40/2001 e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) haviam estabelecido teto máximo de 200% para a relação DCL/RCL. Sobre esse aspecto, é importante destacar que o teto estabelecido pela RSF 40/2001 foi alcançado em 2005, 11 anos antes do prazo máximo previsto, o que demonstra a robusta sustentabilidade fiscal da evolução da dívida durante o período de 2001 a 2016, pois a tendência natural será o estado ficar com o valor da Dívida Consolidada abaixo de sua Receita Corrente Líquida até o final da liquidação dos empréstimos.

Despesas de Pessoal. A despesa de pessoal consolidada de todos os Poderes do Estado de MS alcançou o valor de R\$ 4.881,40 milhões no acumulado do período de janeiro a dezembro de 2016, correspondendo a 52,22% da RCL do mesmo período. O resultado do Poder Executivo ficou em R\$4,33 bilhões (43,15%), Poder Judiciário em R\$ 454,9 milhões (4,8%), Legislativo em R\$123,6 milhões (1,32%), Tribunal de Contas em R\$105,7 milhões (1,13%) e Ministério Público em R\$163,73 milhões (1,75%). Segundo o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), 3º quadrimestre de 2016, todos os entes ficaram dentro do limite de gastos com pessoal exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Desempenho da Receita. A receita tributária do Estado se compõe principalmente do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que corresponde a R\$7,82 bilhões (valor nominal), ou seja, 93,1% de todas as receitas próprias que em 2016 corresponderam a R\$8,39 bilhões. Esse percentual praticamente se manteve em 2015 com ICMS correspondendo a R\$7,31 bilhões na arrecadação própria de R\$7,85 bilhões e em 2014 com ICMS correspondendo a R\$6,83 bilhões na arrecadação própria de R\$7,37 bilhões. Esses números demonstram a importância desse imposto para as finanças do Estado e o esforço para que se tenha um fisco efetivo e justo no atendimento dos objetivos sociais e econômicos do governo. O MS trabalha no sentido de recuperação dos impostos não pagos por meio da fiscalização da Secretaria de Fazenda (SEFAZ) fazendo com que grande parte do tributo lançado entre nos cofres públicos.

Dívida Ativa. Os valores que estão em dívida ativa são históricos, normalmente de muitos anos anteriores e estão sendo cobrados pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) numa coordenação específica para a recuperação efetiva do numerário, multas e juros devidos. No período de 2013 a 2016 foram recuperados créditos da dívida ativa (sem benefícios fiscais) conforme segue: R\$ 11.519.221,74 (2013), R\$ 4.775.385,99 (2014), R\$ 7.165.192,32 (2015) e R\$ 13.454.966,93 (2016).

A receita do Fundo de Participação dos Estados (FPE) é a mais importante receita de transferência. Em 2014, ela representou 39,6% (R\$971 milhões - valor nominal), do total de transferências (R\$2,54 bilhões), já em 2015 houve um pequeno crescimento dessa proporção, passando para 41,6% (R\$1,06 bilhão) de um total de R\$2,55 bilhões. Por fim, em 2016 essa proporção tornou a crescer para 42,1% (R\$1,16 bilhão) num total de R\$2,76 bilhões de receita de transferências. Isso significa que, nos anos avaliados, o FPE acabou se tornando mais representativo pela diminuição das transferências voluntárias.

Com relação às receitas nominais de capital, nos anos 2014, 2015 e 2016 foram recebidos valores de alienação de ativos praticamente no mesmo nível, respectivamente seis, cinco e dez milhões de reais. De outro lado, as receitas relacionadas a operações de crédito ficaram em R\$568 milhões em 2014, R\$124 milhões em 2015 e R\$2 milhões em 2016 referente a utilização de empréstimos no ano de 2013.

Desempenho da Despesa. A despesa com pessoal e encargos sociais é a mais representativa dos gastos correntes do Estado. Nos anos de 2014 a 2016 ficaram nominalmente em R\$4,5, R\$4,9 e R\$5,4 bilhões respectivamente. Houve um crescimento nessa rubrica de 20% no período.

Os gastos com o serviço da dívida, juros e encargos, ficaram, em valores nominais, R\$ 320, R\$429 e R\$428 milhões no mesmo período. Há que se observar que o valor no ano de 2016 deveria ser maior, mas houve uma pequena queda devido à autorização da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do não pagamento de parte da dívida pelo reescalonamento realizado pelo Governo Federal. O mesmo não ocorreu com a amortização da dívida onde foram dispendidos os valores de R\$697, R\$680 e R\$885 milhões devido à liquidação de dívidas com outros financiadores. Como a Receita Bruta do Estado ficou, nos anos 2014, 2015 e 2016, em R\$9,8, R\$10,4 e R\$11,2 bilhões, o pagamento da dívida foi de 10,4%, 10,7% e 11,8% proporcionalmente a essa rubrica.



Com a crise econômica dos últimos anos, houve uma diminuição nos investimentos do Estado. Em 2014 foi gasto R\$1,3 bilhões nominais ao passo que, em 2015, esse item caiu para R\$498 milhões e, em 2016 ficou em R\$259 milhões. Nas inversões isso não ocorreu. Foram aplicados R\$14, R\$15 e R\$16 milhões nesses anos.

No ano de 2014, a relação investimento do Estado pelo PIB ficou na ordem de 1,65%. A expectativa é que, com a reação da economia nacional, as aplicações em investimento cresçam a patamares maiores que pré-crise.

Medidas de ajuste fiscal. Diante das consequências da crise econômica iniciada no último trimestre de 2014, o Estado de Mato Grosso do Sul vem empreendendo diversas medidas para rever a estrutura de suas despesas. A principal medida de adequação de despesas do MS às novas condicionantes macroeconômicas veio com a promulgação da Emenda Constitucional nº 77/2017, que instituiu o Regime de Limitação de Gastos.

De acordo com esse novo regime, a evolução das despesas primárias está limitada à variação inflacionária medida pelo IPCA, adicionado a 20 % do aumento real da Receita Corrente Líquida (RCL). O citado regime vigorará por dez exercícios financeiros.

Além disso, o Estado está fazendo um forte contingenciamento com relação à despesa de pessoal, a partir do saneamento da folha de pagamento, bloqueio de nomeação dos cargos comissionados e avaliação dos concursos e nomeações de pessoal efetivo.

C. PROJEÇÕES FISCAIS

Receitas. No quinquênio de 2010 a 2014 a arrecadação Tributária do MS apresentou crescimento nominal médio de 11,56%, enquanto o PIB médio foi de 2,80% e o IPC-A médio foi de 6,11%. Entretanto, no biênio 2015-2016, o crescimento médio da arrecadação tributária foi de 5,02 %, enquanto que o PIB médio foi negativo de 3,71% e o IPC-A médio foi de 8,48% (ver Anexo Técnico 1 ? Projeção Receita).

Para atender minimamente as demandas sociais, econômicas, de investimentos e de gestão, o desafio para o período de 2017 a 2020 é manter o incremento nominal da receita acima de 6% e o incremento real acima de 2,5%. Porém, para alcançar a meta mínima e superá-la, são necessários aperfeiçoamentos nos sistemas de controles fiscais e das ações fiscais, de forma a acelerar a identificação de possíveis irregularidades fiscais.

D. AVANÇOS E RESULTADOS ALCANÇADOS COM O PROFISCO

No período de 2010 a 2016 foram observados importantes avanços na gestão fiscal do estado do MS, financiados em grande medida com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no âmbito do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PROFISCO). Alguns dos expressivos resultados alcançados são destacados a seguir:

(i) Incremento da arrecadação e da receita proveniente da dívida ativa. A arrecadação do ICMS alcançou o valor total de R\$1,3 bilhões em 2016, principalmente em decorrência de: (a) obrigatoriedade de emissão e implantação da Nota Fiscal eletrônica (NF-e); (b) implantação de módulos de sistema para controle de trânsito de mercadorias (e-FRONTIERS); (c) implantação do Conhecimento de Transporte eletrônico (CT-e); (d) implantação de novos módulos do sistema de administração tributária; (e) implantação da Escrituração Fiscal Digital (EFD), integrante do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED); e, (f) aprimoramento do programa de resgate e recebimento do crédito tributário inscrito em dívida ativa e ajuizado.

(ii) Aumento do controle do gasto público, por meio de: (a) implantação do sistema de gestão e planejamento de finanças, orçamento, patrimônio e contabilidade (SPF), com atendimento as normas da convergência contábil; (b) definição de modelo de gestão de auditoria para integração e aperfeiçoamento do controle interno; e, (c) aprimoramento do sistema de compras governamentais.

(iii) Aumento da satisfação dos contribuintes. Agências Fazendárias obtiveram conceitos ?bom? e ?ótimo? em pelo menos 80% das avaliações dos contribuintes, associado a: (a) aumento de 2 para 20 do número de serviços tributários disponibilizados pela WEB aos contribuintes; (b) modernização da infraestrutura das agências; e (c) implantação de modelo de gestão com foco em resultados.

E. DIAGNÓSTICO



Em que pese os avanços alcançados pelo PROFISCO ainda é preciso fortalecer a gestão fiscal do Estado do Mato Grosso do Sul, buscando mitigar os riscos de sustentabilidade dos esforços de modernização já desenvolvidos e enfrentar os desafios da crise econômica agravada nos últimos anos. Assim, com base em metodologia diagnóstica formulada em cooperação com a Comissão de Gestão Fazendária (COGEF), que permite avaliar a Maturidade e o Desempenho da Gestão Fiscal (MD GEFIS), os dirigentes e técnicos estaduais identificaram um conjunto de problemas que poderiam ser objeto de ações de modernização, por área de intervenção, conforme segue:

GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL

As prioridades estratégicas não se materializam como ações efetivas e estruturadas da instituição, em decorrência do uso ainda inicial de indicadores estratégicos como instrumentos formais de gestão, da dificuldade de operacionalizar indicadores de processo e da ausência de instrumentos de gestão de risco fiscal para a orientação estratégica do governo.

A atuação da controladoria é fragmentada e apresenta baixa maturidade das ações de correção, auditoria e ouvidoria em razão da insuficiência de marcos legais dos sistemas de correção e auditoria, do tratamento não estruturado para os casos disciplinares de servidores, da inexistência de sistematização para uso de técnicas e de análise de riscos na atuação da controladoria, na ausência de acompanhamento das recomendações da auditoria e na deficiência dos registros de manifestações dos cidadãos não possibilitando o monitoramento e resposta, com extração de relatórios gerenciais.

O mérito, o desempenho e a inovação não são os principais critérios para a gestão de pessoas na área fiscal e existe desalinhamento estratégico, tático e operacional nos esforços de capacitação em virtude da subjetividade dos critérios para a alocação de pessoal, do desconhecimento das competências dos servidores, da inexistência de estímulos aos servidores na busca por boas práticas e inovação, da descontinuidade e fragmentação das capacitações, da dificuldade na avaliação sobre absorção de conteúdo, da limitação das ferramentas de educação à distância e da ausência de ambiente multifuncional para educação presencial.

A gestão previdenciária apresenta excessiva fragmentação e insuficiência de informações para os processos operacional e decisório em decorrência de desatualização no cadastro de aposentados e pensionistas, de despreparo de parte dos servidores quanto à condição de aposentados, da falta de controle do absenteísmo em diversas áreas, da ausência de módulo de sistema de gestão de folha de pagamento específico para previdência, com dificuldades de geração de informações úteis e tempestivas.

A capacidade de geração de produtos e serviços na área de tecnologia e comunicação é insuficiente para atendimento às demandas institucionais em razão da realização de investimentos a partir de demandas de curtíssimo prazo, da não institucionalização da segurança da informação, da virtualização fragmentada de processos, com foco na operação e não nos usuários, da limitada conversão de dados tributários e financeiros em informações táticas e estratégicas e do baixo aproveitamento dos dados tributários nas operações de fiscalização.

Os instrumentos de transparência e cidadania fiscal são incompletos e pouco amigáveis quanto à linguagem e à navegação devido a limitação das funcionalidades da linguagem técnica e formal do Portal da Transparência e ao baixo estímulo do fisco ao exercício da cidadania fiscal.

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL

O processo decisório de concessão e o monitoramento e avaliação de benefícios fiscais apresentam insuficiência de informações em decorrência da realização de avaliações sobre o potencial de arrecadação de forma empírica e pontual, da baixa capacidade de geração de informações gerenciais do sistema de controle de benefícios fiscais, da forma não sistematizada e não normatizada de acesso aos dados de benefícios fiscais concedidos e da insuficiência de instrumentos de acesso às informações tributárias disponibilizadas aos contribuintes.

O cadastro de contribuintes apresenta uma visão fragmentada dificultando o monitoramento dos vínculos e do cumprimento das obrigações tributárias em virtude de uso pouco amigável e limitado potencial para a geração de relatórios gerenciais, da insuficiência de documentos fiscais eletrônicos para simplificar procedimentos e controlar a arrecadação em nichos relevantes da fiscalização e de procedimentos manuais e não integrados na apuração do valor do imposto para os contribuintes do regime normal.



A ação fiscal de trânsito e de estabelecimentos ainda utiliza informações fragmentadas que dificultam a geração de indícios, não dispõe de métodos e instrumentos informatizados e apresenta baixa maturidade em inteligência fiscal, em decorrência de planejamento realizado de forma empírica, de processos fiscais com significativa intervenção manual, de reduzida integração entre os procedimentos de fiscalização de estabelecimentos e de trânsito de mercadorias e de baixa institucionalização e domínio das técnicas de inteligência fiscal.

O julgamento ainda é lento e o controle do contencioso deficiente em razão da tramitação física dos processos do contencioso fiscal, do monitoramento manual de estoque e de efetividade dos julgados, da defasagem do sistema de dívida ativa e da falta de integração consistente com os sistemas de arrecadação, financeiro e judiciário e da reduzida utilização de instrumentos de negatização de inadimplentes.

O atendimento presencial é fragmentado e não há disponibilização de serviços virtuais para os contribuintes em plataformas móveis em razão da dispersão em várias unidades operacionais e da não priorização no desenvolvimento de serviços virtuais aplicáveis a equipamentos móveis, combinadas com o desconhecimento sobre a performance institucional quanto à qualidade de atendimento ao contribuinte.

Os processos e serviços relacionados à restituição, compensação e cobrança tributária apresentam elevado nível de burocracia devido a deficiências no controle da restituição e compensação de impostos, da baixa integração dos sistemas para a análise da situação do contribuinte e para a articulação da SEFAZ e a PGE durante a cobrança de créditos tributários e da inexistência de simuladores de parcelamento de dívida para os contribuintes.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO

Os controles de saldos e previsões financeiras apresentam reduzida confiabilidade em decorrência de falta de proatividade em relação ao monitoramento de receitas de transferências, de excessiva intervenção manual na apuração de saldos e nas projeções financeiras e de inexistência de controle sistematizado de inadimplência dos compromissos com fornecedores.

O sistema financeiro (SPF) apresenta lacunas na integração com os demais sistemas corporativos (folha de pagamento, compras, contratos, almoxarifado e patrimônio) em virtude de deficiência no registro, no controle e na avaliação do patrimônio público, de insuficiência de informações atualizadas do imobilizado para fins de contabilidade patrimonial e de deficiências nos sistemas de folha de pagamento e de controle de materiais, estoques e inventário.

O monitoramento e a avaliação dos contratos da dívida pública são deficientes em decorrência de inexistência de sistema específico para a gestão da dívida estadual, de ausência de sistemática de projeção de cenários para a gestão da dívida pública e de controles manuais e informais de saldos e de valores de parcelas.

A apuração e gestão de custos públicos apresenta baixa maturidade em função da ausência de atos normativos para disciplinar o gerenciamento de custos no estado e da inexistência de sistema integrado ao sistema financeiro estadual.

O controle e a avaliação de impacto dos gastos públicos estaduais apresentam fragilidades relacionadas com a não sistematização de rotina de análise de conformidade do pagamento de salários, encargos e benefícios, da falta de automação e integração dos processos na área de suprimentos (compras, almoxarifado e patrimônio) e de deficiências nos procedimentos de monitoramento e avaliação das políticas públicas com foco no gasto setorial.

1.2. MARCO DE REFERÊNCIA/SOLUÇÃO PROPOSTA

Para enfrentamento dos problemas descritos a equipe de projeto, com apoio de uma ferramenta construída pelo PROFISCO para apoiar o desenho de projetos, garantindo sua lógica vertical, denominada Matriz de Problemas, Soluções e Resultados (MPS&R), selecionou as seguintes propostas de soluções, por área de intervenção:

COMPONENTE I. GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL

Produto P1.1 Governança pública aperfeiçoada por meio da consolidação de metas e indicadores do planejamento estratégico e fazendário com automação do monitoramento e da gestão do portfólio de projetos, revisão dos macroprocessos com elaboração da cadeia de valor e instrumentalização de escritórios de projetos e processos e sistematização da avaliação de riscos fiscais.



Produto P1.2 Gestão e operação da controladoria reestruturada por meio da implantação da gestão de riscos institucionais e estruturação do controle interno estadual e da gestão fiscal, com definição de trilhas de auditoria interna, implantação de sistema de correção estadual e da gestão fiscal com automação do Processo Administrativo Disciplinar (PAD), implantação de ferramentas que facilitem a extração de registros, bem como a conversão de dados para atender às demandas do cidadão, adequações no sistema para manifestações dos cidadãos e da sua satisfação com possibilidade de extração de informações gerenciais, estruturação do Observatório da Despesa Pública (ODP) estadual e implantação de programa de capacitação técnica nas áreas de controle interno, ouvidoria, auditoria e correção.

Produto P1.3 Gestão e formação de pessoas fortalecida, com estímulo à inovação por meio da implantação de metodologia para avaliação da força de trabalho nas unidades fazendárias, implantação da avaliação de desempenho por competências na gestão estadual e fazendária, instituição de concurso de boas práticas, no âmbito estadual, com premiação de processos de gestão inovadores, implantação de programa de capacitação baseado em competências individuais, implantação de programa de desenvolvimento de lideranças, implantação de programa continuado de capacitação técnica, com sistemática de avaliação e reciclagem e suporte de nova tecnologia de educação à distância.

Produto P1.4 Gestão previdenciária reestruturada por meio da implantação de processo de censo previdenciário permanente com cálculo atuarial sistematizado, da realização de ciclo da educação previdenciária, implantação de perícia médica oficial na agência previdenciária, realização de estudo para composição de quadro próprio, desenho de processos e estruturação da agência, com implantação de sistema integrado de gestão previdenciária.

Produto P1.5 Gestão e operação de tecnologia da informação aprimorada por meio da implantação de Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI), implantação de gestão de portfólio, de avaliação desempenho e de níveis de riscos, institucionalização de política de segurança da informação, implementação de soluções de tecnologia para virtualização de processos críticos tais como: Sistema de Solicitação de Abertura de Protocolo (SAP), Sistema NOVILHO PRECOCE, Sistema Declaração Anual do Produtor (DAP ONLINE), implantação de ferramentas para tratar grandes volumes de dados, estruturados, semi estruturados e não estruturados, atualização do parque tecnológico para armazenamento e processamento, com equipamentos móveis e aplicativos e utilização das informações do SPED na execução das ações fiscais, processos do contencioso administrativo e custos públicos.

Produto P1.6 Transparência e cidadania fiscal fortalecidas por meio da implantação de aplicativos para plataformas móveis, reformulação do Portal da Transparência tornando-o mais responsivo, com os equipamentos estaduais georeferenciados, dividido por áreas temáticas e com informações gerenciais e implantação do programa de cidadania fiscal ?Nota Fiscal Pantaneira?, associado aos documentos fiscais eletrônicos

COMPONENTE II. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL

Produto P2.1 Gasto tributário apurado e benefícios controlados por meio da implantação de metodologias e realização de estudos para apuração da brecha tributária, revisão do sistema de controle de benefícios fiscais, com apuração de impactos dos benefício do ICMS, IPVA e ITCD e implantação da virtualização do processo de consulta tributária.

Produto P2.2 Cadastro do ICMS e Documentos Fiscais eletrônicos (DF-e) aperfeiçoados por meio da revisão do sistema de cadastro de contribuintes do ICMS, implantação de Documentos Fiscais eletrônicos (DF-e), tais como: Bilhete de Passagem eletrônico de transporte rodoviário intermunicipal e Interestadual de passageiros (BP-e); Nota Fiscal do Consumidor eletrônica (NFC-e); Cupom Fiscal eletrônico (CF-e); Nota Fiscal do Produtor eletrônica (NFPe); Nota Fiscal Série Especial (NF SE); Nota Fiscal Avulsa eletrônica (NFA-e) e Nota Fiscal de Energia Elétrica eletrônica (NFEE-e) e utilização da base de dados do SPED para cálculo automático do imposto para os contribuintes do regime normal.

Produto P2.3 Fiscalização e inteligência fiscal fortalecidas por meio da institucionalização do processo de planejamento da fiscalização e arrecadação com documentação de metodologia de planejamento, instrumentalização da ação fiscal com geração de indícios do monitoramento eletrônico dos contribuintes do ICMS, análise de riscos e comportamento do contribuinte, automação do processo fiscal desde a abertura até o encerramento da ordem de serviço, implantação de metas de produtividade compatíveis com as novas ferramentas e tecnologias disponibilizadas, aperfeiçoamento da malha fiscal e do tratamento e uso das bases de documentos fiscais eletrônicos, aperfeiçoamento da fiscalização do trânsito de mercadorias utilizando o e-FRONTIERAS e aparelhando as unidades descentralizadas e a Central de Monitoramento Remoto e instrumentalização da inteligência fiscal para combate a fraudes estruturadas, com apoio de tecnologias para análise de vínculos e de provas.



Produto P2.4 Contencioso fiscal aperfeiçoado por meio da implantação da virtualização do contencioso fiscal (e-processo tributário), na SEFAZ e na PGE, análise de cenários e de riscos institucionais, com controle automático dos estoques de processos e análise dos custos do contencioso, para a SEFAZ, TAT e PGE, implantação de sistema de gestão e controle dos procedimentos de inscrição e gestão da arrecadação dos créditos da dívida ativa, com mapeamento de pontos críticos e acompanhamento de resultados e expansão da cobrança de créditos fiscais por meio do Protesto Extrajudicial e implantação da Câmara Administrativa de Solução de Conflitos (CASC).

Produto P2.5 Serviços ao contribuinte aprimorados por meio da melhoria e integração das unidades presenciais com qualificação de pessoal e sistema de gestão do atendimento e das demandas e ampliação dos serviços virtuais, com transações completas na Web e uso de aplicações para equipamentos móveis.

Produto P2.6 Cobrança e arrecadação aperfeiçoadas por meio da implantação de sistema automatizado de restituição e compensação tributária, integração das ações de cobrança e automação do processo com aplicação de controle nas distintas etapas de recuperação do crédito tributário para a SEFAZ e a PGE e disponibilização da adesão ao parcelamento na internet com acompanhamento de todas as etapas.

COMPONENTE III. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO

Produto P3.1 Programação e execução financeira aperfeiçoada por meio do controle das receitas de transferências com projeções de valores a receber e atualização periódica de cenários, identificação e correção de problemas, acompanhamento de alteração normativa e avaliação de seus impactos, implantação de módulo automatizado de elaboração e controle do fluxo de caixa no SPF e monitoramento no atraso do pagamento de despesas com informações automatizadas no SPF.

Produto P3.2 Gestão contábil ajustada aos requisitos da convergência por meio da integração do SPF a outros sistemas corporativos, tais como: sistema de arrecadação com registro dos créditos tributários a receber reavaliados; sistema de patrimônio com registro dos valores atualizados e ajustados dos bens imóveis, sistema de pessoal com registro das provisões de 13º e férias, salários e encargos a pagar, sistema de estoque e material permanente com registro atualizado dos inventários dos bens móveis e implementação do modelo de Gestão Compartilhada do Patrimônio com regularização dos bens imóveis do Estado.

Produto P3.3 Gestão da dívida pública aprimorada por meio da definição de objetivos, metas e resultados esperados da captação de recursos, da sistematização da elaboração de relatório com projeções da dívida e análise de cenários, da capacidade de pagamento e sustentabilidade e da implantação de módulo de dívida pública no SPF com simulações, projeções, apurações e outros cálculos, oferecendo relatórios gerenciais.

Produto P3.4 Gestão de custos públicos implantada por meio da distribuição de despesas por centro de custos (piloto), da regulamentação da gestão custos e manualização dos procedimentos para sua apuração, da implantação de sistema de gestão de custos que possibilite mensurar, controlar e avaliar os custos dos programas, projetos, funções, serviços e unidades e da sistematização da análise de custo e controle dos gastos dos projetos de infraestrutura estadual.

Produto P3.5 Racionalização e avaliação do gasto público aperfeiçoadas por meio da implementação da gestão de qualidade da folha de pagamento com metodologia para análise de conformidade permanente e correção dos pontos de inconformidades indicados por auditoria, da modernização dos macroprocessos de compras, almoxarifado e patrimônio com implantação de módulo e-fornecedor, da gestão de materiais centralizada com novos módulos de controle de estoque, de catálogo de materiais e de Termo de Referência on line e de Plano de Compras e da instituição e regulamentação do Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Estaduais (CEMAPPE), com aplicação em políticas setoriais.

1.3. MARCO DE REFERÊNCIA/ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

As Orientações Estratégicas de Governo são aderentes aos objetivos do Projeto e estão explicitadas tanto no Mapa Estratégico da Gestão Fiscal quanto nos Contratos de Gestão firmados pelo Governo com as distintas Secretarias, quanto no Plano Plurianual estadual (PPA 2016/2019) e na Lei de Orçamento Anual (LOA 2016), conforme segue: Programa: 0043 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEFAZ E VINCULADAS; FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES FAZENDÁRIAS: Desenvolvimento Técnico e Operacional do Sistema de Arrecadação. Modernização da administração tributária, financeira e patrimonial com recursos do PROFISCO/BID.

2. Projeto



2.1. Título

PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

2.2. Título Abreviado

PROFISCO II MS

2.3. Mutuário

Estado de Mato Grosso do Sul

2.4. Tipo Operacao

Operação de crédito externo

2.5. PROJETO/OBJETIVO

O objetivo geral do Projeto é contribuir para a sustentabilidade da gestão fiscal, por meio do aperfeiçoamento da gestão fazendária, da administração tributária e do contencioso fiscal e da administração financeira e do gasto público, atendendo às diretrizes estratégicas estaduais

São objetivos específicos:

- Melhorar o desempenho da governança pública contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento, controle interno, gestão previdenciária e avaliação de resultados, assim como na transparência fiscal.

- Melhorar o desempenho da administração tributária e do contencioso fiscal, contribuindo para o aumento da arrecadação das receitas próprias, a redução de tempos para cumprimento das obrigações tributárias e a recuperação da dívida ativa.

- Melhorar o desempenho da administração contábil e financeira contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento financeiro, na convergência contábil, na racionalização e avaliação do gasto e na gestão de custos públicos.

2.6. Projeto/Indicadores

Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Linha de Base	Meta
Incremento do alcance de metas planejadas na área fiscal (SEFAZ, PGE, SAD, SEGOV)	Metas alcançadas / Metas planejadas nos contratos de gestão	%	40,00	85,00
Incremento da pontuação do MS no Índice de Transparência e Cidadania Fiscal (ITCF)	Total dos pontos alcançados nos 5 eixos do ITCF / 100	Pontos	27,00	70,00
Incremento da arrecadação do ICMS do comércio varejista	Arrecadação do ICMS dos contribuintes do comércio varejista / Arrecadação total do ICMS	%	14,50	16,50
Incremento da arrecadação de créditos tributários inscritos em dívida ativa	Arrecadação de créditos inscritos na dívida ativa sem benefício fiscal / Total de créditos inscritos na dívida ativa tributária	%	0,13	0,35
Redução nas inconformidades da folha de pagamento	Número de inconformidades identificadas em relatório de auditoria de folha	Inconformidades	150,00	30,00
Limite das despesas primárias correntes (Linha de Base: Média de 2015 e 2016 - Meta 2019: não ultrapassar variação do IPCA)	Somatória das despesas primárias correntes anuais (descontadas transferências a municípios e PIS/PASEP)	R\$	10.856.127,00	12.087.201,00



2.7. Projeto/Componentes

Componentes	Valor(US\$)
C - GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL	33.250.000,00
P - Governança pública aperfeiçoada - 1 sistema informatizado para controle de metas do Escritório de Projetos	790.000,00
P - Gestão e operação da controladoria reestruturada - 11 setoriais de auditoria interna	1.470.000,00
P - Gestão e formação de pessoas fortalecida, com estímulo à inovação - 1247 servidores da área fiscal (SEFAZ) avaliados por competência	5.170.000,00
P - Gestão previdenciária reestruturada - 1 Sistema integrado de gestão previdenciária	3.270.000,00
P - Gestão e operação de tecnologia da informação aprimorada - 1 Plano diretor de tecnologia da informação e comunicação	21.000.000,00
P - Transparência e cidadania fiscal fortalecidas - 1 Portal da Transparência reformulado	1.550.000,00
C - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL	12.140.000,00
P - Gasto tributário apurado e benefícios controlados - 1 Sistema de controle de benefícios fiscais alcançando o ICMS, o IPVA e o ITCMD	380.000,00
P - Cadastro do ICMS e Documentos Fiscais eletrônicos (DF-e) aperfeiçoados - 1 Sistema de Nota Fiscal do Consumidor eletrônica (NFC-e)	1.500.000,00
P - Fiscalização e inteligência fiscal fortalecidas - 1 Sistemática de planejamento da ação fiscal, com base em evidências	6.750.000,00
P - Contencioso fiscal aperfeiçoado - 1 Sistema do contencioso fiscal (e-Processo tributário)	1.360.000,00
P - Serviços ao contribuinte aprimorados - 3 serviços virtuais disponibilizados em dispositivos móveis	600.000,00
P - Cobrança e arrecadação aperfeiçoadas - 1 Sistema de cobrança de crédito tributário, integrando SEFAZ e PGE	1.550.000,00
C - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO	6.190.000,00
P - Programação e execução financeira aperfeiçoada - 1 Módulo automatizado de controle de fluxo de caixa no Sistema de Planejamento e Finanças (SPF)	570.000,00
P - Gestão contábil ajustada aos requisitos da convergência - 1 Modelo de gestão compartilhado do patrimônio (primeira etapa de regularização dos imóveis da AGEPREV)	1.920.000,00
P - Gestão da dívida pública aprimorada - 1 Sistema de gestão da dívida pública	490.000,00
P - Gestão de custos públicos - 1 Sistema de gestão de custos	910.000,00
P - Racionalização e avaliação do gasto público aperfeiçoadas - 1 Metodologia para análise de conformidade permanente da folha de pagamento	2.300.000,00
C - GESTÃO DO PROJETO	1.420.000,00
P - Monitoramento e avaliação ? 22 Metas de resultados e produtos monitorados	1.020.000,00
P - Auditoria ? 5 Prestações de contas auditadas	400.000,00

Legenda: Componente (C), Subcomponente (S) e Produto(P).

Resumo dos Componentes:

C - GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL

P - Governança pública aperfeiçoada - 1 sistema informatizado para controle de metas do Escritório de Projetos

Serviços de consultoria (USD 720.000) e Equipamentos de informática e material de apoio operacional (USD 70.000). Ver Anexo Técnico 2 - Investimentos Consolidados.

P - Gestão e operação da controladoria reestruturada - 11 setoriais de auditoria interna

Capacitação (USD 180.000); Serviços de consultoria (USD 990.000); Equipamentos de informática e material de apoio operacional (USD 300.000). Ver Anexo Técnico 2 Investimentos Consolidados

P - Gestão e formação de pessoas fortalecida, com estímulo à inovação - 1247 servidores da área fiscal (SEFAZ) avaliados por competência

Capacitação (USD 1.900.000); Serviços de consultoria (USD 460.000); Equipamentos de informática e material de apoio operacional (USD 890.000); Serviços que não de consultoria (USD 920.000); Obras-Instalações físicas (USD 1.000.000). Ver Anexo Técnico 2 Investimentos Consolidados

P - Gestão previdenciária reestruturada - 1 Sistema integrado de gestão previdenciária

Capacitação (USD 500.000); Serviços de Consultoria (USD 620.000); Equipamentos de informática e material de apoio operacional (USD 2.150.000). Ver Anexo Técnico 2 - Investimentos Consolidados.

P - Gestão e operação de tecnologia da informação aprimorada - 1 Plano diretor de tecnologia da informação e comunicação

Capacitação (USD 400.000); Serviços de consultoria (USD 1.820.000); Equipamentos de informática e material de apoio operacional (USD 18.500.000); Serviços que não de consultoria (USD 280.000). Ver Anexo Técnico 2 - Investimentos Consolidados.

P - Transparência e cidadania fiscal fortalecidas - 1 Portal da Transparência reformulado

Serviços de consultoria (USD 550.000); Equipamentos de informática e material de apoio operacional (USD 1.000.000). Ver Anexo Técnico 2 - Investimentos Consolidados.



C - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL

P - Gasto tributário apurado e benefícios controlados - 1 Sistema de controle de benefícios fiscais alcançando o ICMS, o IPVA e o ITCD

Ver Anexo Técnico 2 - Investimentos Consolidados.

P - Cadastro do ICMS e Documentos Fiscais eletrônicos (DF-e) aperfeiçoados - 1 Sistema de Nota Fiscal do Consumidor eletrônica (NFC-e)

Ver Anexo Técnico 2 - Investimentos Consolidados.

P - Fiscalização e inteligência fiscal fortalecidas - 1 Sistemática de planejamento da ação fiscal, com base em evidências

Capacitação (USD 680.000); Serviços de consultoria (USD 750.000); Equipamentos de informática e material de apoio operacional (USD 4.320.000); Obras-instalações físicas (USD 1.000.000). Ver Anexo Técnico 2 - Investimentos Consolidados.

P - Contencioso fiscal aperfeiçoado - 1 Sistema do contencioso fiscal (e-Processo tributário)

Serviços de consultoria (USD 880.000); Equipamentos de informática e material de apoio operacional (USD 80.000); Obras-instalações físicas (USD 400.00). Ver Anexo Técnico 2 - Investimentos Consolidados.

P - Serviços ao contribuinte aprimorados - 3 serviços virtuais disponibilizados em dispositivos móveis

Capacitação (USD 200.000); Consultoria (USD 150.000); Equipamentos de informática e material de apoio operacional (USD 250.000). Ver Anexo Técnico 2 - Investimentos Consolidados.

P - Cobrança e arrecadação aperfeiçoadas - 1 Sistema de cobrança de crédito tributário, integrando SEFAZ e PGE

Serviços de consultoria (USD 1.300.000); Equipamentos de informática e material de apoio operacional (USD 250.000). Ver Anexo Técnico 2 - Investimentos Consolidados.

C - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO

P - Programação e execução financeira aperfeiçoada - 1 Módulo automatizado de controle de fluxo de caixa no Sistema de Planejamento e Finanças (SPF)

Capacitação (USD 100.000); Serviços de consultoria (USD 450.000); Equipamentos de informática e material de apoio operacional (USD 20.000). Ver Anexo Técnico 2 - Investimentos Consolidados.

P - Gestão contábil ajustada aos requisitos da convergência - 1 Modelo de gestão compartilhado do patrimônio (primeira etapa de regularização dos imóveis da AGEPREV)

Capacitação (USD 400.000); Serviços de consultoria (USD 1.350.000); Equipamentos de informática e material de apoio operacional (USD 170.000). Ver Anexo Técnico 2 - Investimentos Consolidados.

P - Gestão da dívida pública aprimorada - 1 Sistema de gestão da dívida pública

Capacitação (USD 90.000); Serviços de consultoria (USD 380.000); Equipamentos de informática e material de apoio operacional (USD 20.000). Ver Anexo Técnico 2 - Investimentos Consolidados.

P - Gestão de custos públicos - 1 Sistema de gestão de custos

Capacitação (USD 250.000); Serviços de consultoria (USD 560.000); Equipamentos de informática e material de apoio operacional (USD 100.000). Ver Anexo Técnico 2 - Investimentos Consolidados.

P - Racionalização e avaliação do gasto público aperfeiçoadas - 1 Metodologia para análise de conformidade permanente da folha de pagamento

Capacitação (USD 700.000); Serviços de consultoria (USD 1.200.000); Equipamentos de informática e material de apoio operacional (USD 200.000). Ver Anexo Técnico 2 - Investimentos Consolidados.

C - GESTÃO DO PROJETO

P - Monitoramento e avaliação ? 22 Metas de resultados e produtos monitorados

Capacitação (USD 100.000); Serviços de consultoria (USD 220.000); Serviços que não de consultoria (USD 700.000). Ver Anexo Técnico 2 - Investimentos Consolidados.

P - Auditoria ? 5 Prestações de contas auditadas

Ver Anexo Técnico 2 - Investimentos Consolidados.

2.8. PROJETO/ETAPAS REALIZADAS



Diversas ações foram desenvolvidas pelo Estado que devem ser consideradas integrantes do Profisco II, uma vez que o Programa garante, não só a implementação de novos projetos e ações, mas também a continuidade de diversas iniciativas em prol do aperfeiçoamento da gestão fiscal. Neste sentido, apresentamos alguns avanços ocorridos nos últimos anos que ajudam no fortalecimento dos produtos apresentados nesta carta consulta, conforme segue:

P1.1 - Governança pública aperfeiçoada - 1 sistema informatizado para controle de metas do Escritório de Projetos

- Normativo Planejamento Estratégico - RESOLUÇÃO/SEFAZ Nº 2.503, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013.

- Sistema de Gestão do MS/SEGOV("Soft Expert SUITE") adquirido para utilização por todo Governo em fase de homologação

- PPPs: modelagem de PPPs em andamento (estudos de PMI já entregues e em análise), nas áreas de esgotamento sanitário (meta de universalização em 10 anos) e infovia digital (rede de fibra optica de alta capacidade em todos os municípios do Estado).

P1.2 - Gestão e operação da controladoria reestruturada - 11 setoriais de auditoria interna

- Legislação da criação da Controladoria - LEI COMPLEMENTAR Nº 230, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016 - DOE nº 9.304

- Sistema Eletrônico de Ouvidoria ("e-OUV") em execução

P1.3 - Gestão e formação de pessoas fortalecida, com estímulo à inovação

- 1247 servidores da área fiscal (SEFAZ) avaliados por competência em sistema com módulo específico para tal

- Gestão por Competência em andamento, com o início da execução do Plano de Gestão do Desenvolvimento Individual (PGDI)

- Implantação de programa continuado de capacitação técnica, com sistemática de avaliação e reciclagem e suporte de nova tecnologia de educação à distância ("MOODLE") em execução

P1.4 - Gestão previdenciária reestruturada - 1 Sistema integrado de gestão previdenciária

- Censo previdenciário dos servidores do estado realizado em 2016

- Avaliação da Conformidade da folha salarial da previdência realizada pela empresa Deloitte em 2016

P1.5 - Gestão e operação de tecnologia da informação aprimorada - 1 Plano diretor de tecnologia da informação e comunicação

- Plano Diretor de Tecnologia da informação e comunicação previsto como entrega do Contrato de Gestão da Sefaz em 2017

- Política de Segurança da Informação previsto como entrega do Contrato de Gestão em 2017

- Virtualização do processo de Consulta Tributária e do Contencioso Fiscal em execução no Contrato de Gestão com previsão de término da homologação em dez/17

- Sistema de Solicitação de Abertura de Protocolo (SAP) e Sistema NOVILHO PRECOCE (SEMAGRO/SEFAZ) em execução

- Aquisição no Profisco I de ferramentas estruturadas de inteligência: Data Discovery e Data Analytics

- Reestruturação da armazenagem de dados com aquisição de Storages e Blades (Profisco I)

P1.6 - Transparência e cidadania fiscal fortalecidas - 1 Portal da Transparência reformulado

- Portal para consulta de preços (?Melhor Preço?) previsto para setembro

- Portal da Transparência em execução e em aprimoramento (Evolução da nota pelo MPF de 1,4 em 1995 para 10,0 no final de 2016)

P2.1 Gasto tributário apurado e benefícios controlados - 1 Sistema de controle de benefícios fiscais alcançando o ICMS, o IPVA e o ITCD

- Virtualização do processo de Consulta Tributária em execução no Contrato de Gestão com previsão de disponibilização ao contribuinte em out/17

P2.2 - Cadastro do ICMS e Documentos Fiscais eletrônicos (DF-e) aperfeiçoados - 1 Sistema de Nota Fiscal do Consumidor eletrônica (NFC-e)



- Gestão integral do projetos NF-e, EFD, CT-e, MDF-e no próprio Estado.

- Documentos Fiscais eletrônicos (DF-e), tais como: Bilhete de Passagem eletrônico de transporte rodoviário intermunicipal e interestadual de passageiros (BP-e); Nota Fiscal do Consumidor eletrônica (NFC-e); Cupom Fiscal eletrônico (CF-e); Nota Fiscal do Produtor eletrônica (NFPe); Nota Fiscal Série Especial (NF SE) e Nota Fiscal Avulsa eletrônica (NFA-e) em execução (Fase de implantação realizadas; aprimoramento no Profisco II).

P2.3 - Fiscalização e inteligência fiscal fortalecidas - 1 Sistemática de planejamento da ação fiscal, com base em evidências

- Central de Monitoramento Remoto em execução (implantação realizada, expansão no Profisco II)

P2.4 - Contencioso fiscal aperfeiçoado - 1 Sistema do contencioso fiscal (e-Processo tributário)

- Virtualização do processo de Consulta Tributária em execução no Contrato de Gestão com previsão de disponibilização ao contribuinte em out/17

P2.5 - Serviços ao contribuinte aprimorados - 3 serviços virtuais disponibilizados em dispositivos móveis

- "Ouvidoria" e "Fale Conosco" em execução

- Implantação de Acessibilidade e reforma de 40 Agências Fazendárias com recursos do PROFISCO

P2.6 - Cobrança e arrecadação aperfeiçoadas - 1 Sistema de cobrança de crédito tributário, integrando SEFAZ e PGE

- Novo Sistema de Cobrança do Crédito Tributário em desenvolvimento

P3.2 - Gestão contábil ajustada aos requisitos da convergência - 1 Modelo de gestão compartilhado do patrimônio (primeira etapa de regularização dos imóveis da AGEPREV)

- Aquisição de horas técnicas para desenvolvimento do Sistema de Planejamento e Finanças SPF do Estado de acordo com a NPCASP em execução com recursos do Profisco

P3.5 - Racionalização e avaliação do gasto público aperfeiçoadas - 1 Metodologia para análise de conformidade permanente da folha de pagamento

- Avaliação da Conformidade da folha salarial e processos da área de recursos humanos realizada pela empresa Deloitte em 2016 (150 inconformidades apontadas)

- Aprovação da Emenda Constitucional Estadual 77/2017 que instituiu o Regime de Limitação de Gastos do Estado (limite pela variação do IPCA, tendo como linha de base a média de gastos corrente dos anos de 2015 e 2016).

2.9. Projeto/Abrangência Geográfica

Abrangência Geográfica: /EstadualSem detalhes

Estado do Mato Grosso do Sul ()

2.10. PROJETO/PÚBLICO ALVO

As ações aqui previstas deverão repercutir no conjunto da sociedade do Estado do Mato Grosso do Sul elevando sua capacidade em prover os serviços públicos por meio do incremento do nível da receita própria e da melhoria da qualidade dos gastos públicos em bases sustentáveis.

2.11. PROJETO/BENEFICIÁRIO

Para a população, os resultados positivos estarão relacionados com melhorias na arrecadação, redução do gastos e transparência fiscal, contribuindo para uma melhoria na qualidade de vida tanto dos contribuintes quanto da sociedade em geral.

Destaca-se, também, que o projeto beneficiará distintos órgãos da administração pública estadual tais como: (i) Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica (SEGOV), relativamente ao monitoramento das metas estratégicas e contrato de gestão do governo; (ii) Procuradoria Geral do Estado (PGE), no tocante à cobrança e recuperação da dívida ativa; (iii) Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização (SAD), relativamente à gestão por competências, à avaliação e regulamentação patrimonial, ao aperfeiçoamento dos sistemas de compras governamentais e à gestão da qualidade de folha de pagamento; e (iv) Controladoria Geral do Estado (CGE), relativamente à instalação de suas unidades setoriais de auditoria, ao aperfeiçoamento dos sistemas de correição e ouvidoria, à reformulação do portal da transparência e à avaliação do gasto público setorial.



2.12. PROJETO/GARANTIA DA UNIÃO

Sim

3. Financiamento

3.1. Financiamento/Fonte

Moeda de Referência: Dólar

Fontes Externas	Sigla	Moeda	Valor Proposto	Taxa de Câmbio	Valor de Referência US\$
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	BID	US\$	47.700.000,00	1,00	47.700.000,00
Fontes Internas	Sigla	Moeda	Valor Proposto	Taxa de Câmbio	Valor de Referência US\$
Contrapartida Financeira	CF	US\$	5.300.000,00	1,00	5.300.000,00
Total:			53.000.000,00		53.000.000,00

3.2. FINANCIAMENTO/INDICAÇÃO DE CONTRAGARANTIAS

O Poder Executivo fica autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 da Constituição Federal, nos termos do § 4º, do artigo 167, bem como outras garantias em direito admitidas.

Opção selecionada: Concordo



P - Gestão previdenciária reestruturada - 1 Sistema integrado de gestão previdenciária	3.270.000,00	545.000,00		1.090.000,00		1.090.000,00		545.000,00				3.270.000,00
P - Gestão e operação de tecnologia da informação aprimorada - 1 Plano diretor de tecnologia da informação e comunicação	21.000.000,00	3.140.000,00	1.060.000,00	3.140.000,00	1.060.000,00	3.140.000,00	1.060.000,00	3.140.000,00	1.060.000,00	3.140.000,00	1.060.000,00	21.000.000,00
P - Transparência e cidadania fiscal fortalecidas - 1 Portal da Transparência reformulado	1.550.000,00			775.000,00		775.000,00						1.550.000,00
C - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL	12.140.000,00	2.030.000,00		3.597.500,00		2.537.500,00		2.237.500,00		1.737.500,00		12.140.000,00
P - Gasto tributário apurado e benefícios controlados - 1 Sistema de controle de benefícios fiscais alcançando o ICMS, o IPVA e o ITCD	380.000,00			380.000,00								380.000,00
P - Cadastro do ICMS e Documentos Fiscais eletrônicos (DF-e) aperfeiçoados - 1 Sistema de Nota Fiscal do Consumidor eletrônica (NFC-e)	1.500.000,00			500.000,00		500.000,00		500.000,00				1.500.000,00
P - Fiscalização e inteligência fiscal fortalecidas - 1 Sistemática de planejamento da ação fiscal, com base em evidências	6.750.000,00	1.350.000,00		1.350.000,00		1.350.000,00		1.350.000,00		1.350.000,00		6.750.000,00
P - Contencioso fiscal aperfeiçoado - 1 Sistema do contencioso fiscal (e-Processo tributário)	1.360.000,00	680.000,00		680.000,00								1.360.000,00
P - Serviços ao contribuinte aprimorados - 3 serviços virtuais disponibilizados em dispositivos móveis	600.000,00			300.000,00		300.000,00						600.000,00
P - Cobrança e arrecadação aperfeiçoadas - 1 Sistema de cobrança de crédito tributário, integrando SEFAZ e PGE	1.550.000,00			387.500,00		387.500,00		387.500,00		387.500,00		1.550.000,00
C - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO	6.190.000,00	752.000,00		3.084.500,00		907.000,00		784.500,00		662.000,00		6.190.000,00
P - Programação e execução financeira aperfeiçoada - 1 Módulo automatizado de controle de fluxo de caixa no Sistema de Planejamento e Finanças (SPF)	570.000,00	570.000,00										570.000,00
P - Gestão contábil ajustada aos requisitos da convergência - 1 Modelo de gestão compartilhado do patrimônio (primeira etapa de regularização dos imóveis da AGEPREV)	1.920.000,00			480.000,00		480.000,00		480.000,00		480.000,00		1.920.000,00
P - Gestão da dívida pública aprimorada - 1 Sistema de gestão da dívida pública	490.000,00			122.500,00		245.000,00		122.500,00				490.000,00
P - Gestão de custos públicos - 1 Sistema de gestão de custos	910.000,00	182.000,00		182.000,00		182.000,00		182.000,00		182.000,00		910.000,00
P - Racionalização e avaliação do gasto público aperfeiçoadas - 1 Metodologia para análise de conformidade permanente da folha de pagamento	2.300.000,00			2.300.000,00								2.300.000,00
C - GESTÃO DO PROJETO	1.420.000,00	204.000,00		304.000,00		304.000,00		304.000,00		304.000,00		1.420.000,00
P - Monitoramento e avaliação ? 22 Metas de resultados e produtos monitorados	1.020.000,00	204.000,00		204.000,00		204.000,00		204.000,00		204.000,00		1.020.000,00



P - Auditoria ? 5 Prestações de contas auditadas	400.000,00			100.000,00		100.000,00		100.000,00		100.000,00		400.000,00
---	------------	--	--	------------	--	------------	--	------------	--	------------	--	------------

Legenda: Componente (C), Subcomponente (S) e Produto(P).



5. Riscos

5.1. RISCOS/ATOS LEGAIS

5.2. RISCOS/CONTRATAÇÕES

5.3. RISCOS/DESAPROPRIAÇÕES

5.4. RISCOS/IMPACTOS AMBIENTAIS

5.5. RISCOS/POPULAÇÕES INDÍGENAS

5.6. RISCOS/REASSENTAMENTOS

5.7. RISCOS/OUTROS

A governabilidade do governo estadual sobre as ações do projeto minimiza possíveis riscos de execução e outras externalidades que poderiam gerar impactos negativos sobre o desenvolvimento do Projeto. As atividades previstas encontram-se harmonizadas com o Mapa Estratégico da SEFAZ e em consequência com os objetivos, diretrizes, metas e prioridades traçadas pelo Governo.

5.8. Execução/Contatos

CPF: 286.339.381-20 Nome: REINALDO AZAMBUJA SILVA Orgão: GOVERNO DO ESTADO Estado: Estado do Mato Grosso do Sul Endereço: Avenida dos Poetas, s/n - Parque dos Poderes CEP: 79031-350 Cargo: GOVERNADOR DO ESTADO Telefone: 6733181142 Celular: 67999343384	Município: MUNICIPIO DE CAMPO GRANDE E-mail: gabinete@ms.gov.br Fax: Tipo: Titular
--	---

CPF: 992.344.408-20 Nome: MÁRCIO CAMPOS MONTEIRO Orgão: SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA Estado: Estado do Mato Grosso do Sul Endereço: Av. Des. José Nunes da Cunha, Bloco 02 CEP: 79031-310 Cargo: SECRETÁRIO DE ESTADO Telefone: 6733183203 Celular: 67999866281	Município: MUNICIPIO DE CAMPO GRANDE E-mail: GABINETE@FAZENDA.MS.GOV.BR Fax: Tipo: Substituto
---	--

CPF: 787.240.071-53 Nome: TADEU DE SOUZA LOURENÇO FERREIRA Orgão: SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA Estado: Estado do Mato Grosso do Sul Endereço: RUA DELEGADO JOSÉ ALFREDO HARDMAN CEP: 79036-120 Cargo: COORDENADOR DE MODERNIZAÇÃO Telefone: 6733183157 Celular: 67992072010	Município: MUNICIPIO DE CAMPO GRANDE E-mail: TLFERREIRA@FAZENDA.MS.GOV.BR Fax: Tipo: Técnico
---	---

CPF: 475.331.611-49 Nome: THANER CASTRO NOGUEIRA Orgão: SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA Estado: Estado do Mato Grosso do Sul Endereço: AVENIDA DO POETA, S/N, PARQUE DOS PODERES CEP: 79031-350 Cargo: SUPERINTENDENTE	Município: MUNICIPIO DE CAMPO GRANDE E-mail: TNOGUEIRA@MS.GOV.BR Fax:
--	--



Telefone: 6733181173
Celular: 67984012065

Tipo: Técnico